



Universidade
Estadual de Londrina



Parceiros



GEAMA

GRUPO DE ESTUDOS AVANÇADOS
SOBRE O MEIO AMBIENTE



RIO+20

DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

18-26 DE JULHO
DE 2012 EM GEAMA 10 ANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
LONDRINA - PR

LONDRINA - PR

GEAMA

(GRUPO DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE O MEIO AMBIENTE)

RIO+20
DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO
DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

EDIÇÃO 2012 - GEAMA 10 ANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

LONDRINA - PR

2012

RIO+20

DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

EDIÇÃO 2012 - GEAMA 10 ANOS

Apoio



Visite nossas redes sociais:

Facebook: Geamauel

Twitter: @geama_uel

Blog: geamauel.blogspot.com.br

Email: geama_uel@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
LONDRINA - PR
2012

Organizadores

Paulo Bassani
Fernando Pereira dos Santos

Coordenador do GEAMA

Professor Paulo Bassani

Professores Colaboradores

Professor Fernando Pereira dos Santos
Professor Nelson Tagima
Professor Edson Proni
Professora Cássia Yoshi

Colaboradores Externos

Luiz Carlos Sampaio
Regina Mara Machado
Vera Lúcia da Costa

Alunos Colaboradores

Ana Patricia Hirooka
Ligia Couto Gomes
Renan Roldão Caldo

Realização

Projeto de Extensão
“Grupo de Estudos Avançados sobre o Meio Ambiente:
Encontros com a educação ambiental”

Grupo de Pesquisa CNPQ

“Sociedade e Meio Ambiente”

“GEAMA - 10 ANOS: RIO + 20 – DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS”

*Paulo Bassani**

Hoje para nós é um dia muito feliz e este ano de 2012 será um ano muito promissor. O GEAMA completa 10 anos de existência.

Uma década de pesquisas, estudos, debates, teorias e praticas na defesa, preservação, educação e cuidado com o Meio Ambiente.

Se pouco realizamos, e os números foram apresentados no vídeo demonstrado nesta abertura, podemos dizer que tentamos...

Tentamos escrever algo sobre o meio ambiente...

Tentamos pesquisar e fazer extensão...

Tentamos educar para a construção de Sociedades sustentáveis...

Tentamos criar um espaço inter e multidisciplinar...

Tentamos realizar os objetivos e compromissos da Universidade para com a comunidade, local e regional.

Reunimos ao longo destes anos pessoas interessadas em conhecer, apreender e ensinar o como podemos melhorar nossa relação entre os homens e destes com a Natureza.

Fomos e somos um espaço aberto! Nossas atividades e programações objetivamos chegar ao maior número de pessoas de nossa região, estado, país e planeta.

Tentamos ampliar a percepção e a consciência ambiental para um grande número de mulheres, homens e crianças.

Tentamos com estas atividades construir um mundo melhor, sustentável, um mundo onde caibam todos para que possamos garantir a sobrevivência das gerações de hoje e as gerações futuras.

Isso somente foi possível através de um esforço de muitos professores, alunos e colaboradores da UEL e da comunidade regional.

Neste ano de 2012 optamos por uma Edição de nossas atividades anuais com um formato diferente. Realizamos parceria com seis Universidades e Faculdades aqui da região de Londrina (PUC, UNOPAR, UNIFIL, PITAGORAS, ARTHUR THOMAS e UTFPR) para a realização de oito grandes conferências que se inicia hoje e na sequência

* Prof. Dr. Paulo Bassani é coordenador do GEAMA e do Evento.

em cada uma das Instituições parceiras para realizarmos o encerramento em 23 de novembro neste mesmo local com a presença do Secretário de Estado Dr. Jornel Iurk, que tratará do tema: “ O que esperar da RIO + 20 e como encaminhar as questões no Paraná”

Aos reitores, diretores, e coordenadores de cada Instituição parceira neste evento em nome do GEAMA muito obrigado pela presença, pela colaboração, pela parceria.

O Universo e o planeta Terra assim como a universidade e a sociedade são constituídas de uma mesma matéria. Não há outro caminho a Universidade deve abrir-se para esta visão holística, integradora e transformadora.

Os temas que debateremos nestas oito Conferências giram em torno: da Erradicação da Miséria, Economia verde, a Educação Ambiental, a recuperação e o cuidado com a Biodiversidade, o aquecimento global e as mudanças climáticas. E uma discussão toda especial sobre o papel das universidades no desenvolvimento sustentável de nossa região e estado.

E para finalizar, gostaria de lembrar que se nós ao longo destes dez anos tentamos realizar algo, continuaremos a tentar, a sonhar na construção de sociedades sustentáveis e de um mundo melhor.

Que tenhamos hoje e nos próximos meses fecundos debates e que esse conhecimento produzido possa chegar a muitos outros. Pois assim poderemos ter mais gente junto com a gente.

A todos meu muito obrigado e um bom ano de trabalho.

APRESENTAÇÃO

Estamos destruindo o planeta à vida e tudo que nos cerca. Nesta corrida maluca, jamais vista na história da humanidade, muito se perde e muitas outras possibilidades aparecem.

Para tanto pensamos que hoje, mais do que ontem, devemos primar pela inteligência prudente, atenta e cuidadosa. Para tanto necessitamos, interagir com outras pessoas, outras ciências, outras áreas de conhecimento, outras dimensões ainda pouco utilizadas. Sair do mesmo ritmo, propor outro traçado de crescimento. Construir uma ciência regeneradora, criadora de perspectivas diferentes das priorizadas nos últimos 200 anos. E as mudanças começam com alguns poucos, com a imaginação individual desses poucos até atingir a imaginação coletiva.

O GEAMA é isso. Um Grupo que nesses 10 anos tem buscado articular estudos que de diferentes formas, e de maneira interdisciplinar tem elencado elementos de uma ciência que possibilite uma vida sustentável para humanidade e ao planeta. Em nossas ações, temos priorizado, o olhar local e regional, sem perder a dimensão universal.

Nesta Edição de 2012 do GEAMA realizamos um sonho de articulação com diversas Instituições de Ensino Superior. Tomando como base de nossos debates a Eco conferência para o Desenvolvimento Sustentável da ONU – RIO + 20 no mês de junho. Para tanto organizamos em parceria, oito encontros para possibilitar e ampliar o debate ambiental, a troca de experiências entre os pesquisadores, ambientalistas e todos que se preocupam com a relação homem e natureza nesta fase da modernidade pois, entendemos existir muito conhecimentos e, práticas sustentáveis, em nossas Universidades e Faculdades. E o GEAMA, com esta Edição, possibilitou a visualização destes trabalhos e destas reflexões que contribuem para a construção de sociedades sustentáveis. Este é o foco dos trabalhos que se seguem, apontando algumas trilhas, estudos e praticas resultados de nossas reflexões de Londrina e região.

Prof. Paulo Bassani
Coordenador do GEAMA da UEL

SUMÁRIO

“RIO + 20: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS” Encontro UEL - 30/03/2012 <i>Gobbil, E.F.</i>	13
“Rio + 20: OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA A CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS” Encontro UNIFIL – 27/04/2012 <i>Tiago Pellini, João Antonio Cyrino Zequi</i>	15
“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS” Encontro UNOPAR – 25/05/2012 <i>Feijó, C.C.C.</i>	23
“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS” Encontro UNOPAR – 25/05/2012 <i>Viena, H.G.</i>	25
“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS” A SOCIEDADE DE CONSUMIDORES E A QUESTÃO ECOLÓGICA Encontro UNOPAR – 25/05/2012 <i>Rossi, M.A.</i>	27
“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS” Encontro UNOPAR – 25/05/2012 <i>Panchoni, M.E.</i>	31
“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS” CONSUMO SUSTENTÁVEL Encontro UNOPAR – 25/05/2012 <i>Neder, V.</i>	33
“RIO+20. TRATADO DE EDICAÇÃO AMBINETAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS” A POLÍTICA E O MEIO AMBIENTE Encontro PITÁGORAS – 22/06/2012 <i>Lepre, M.S.</i>	35
“RIO+20. TRATADO DE EDICAÇÃO AMBINETAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS” Encontro PITÁGORAS – 22/06/2012 <i>Franzotti, Agnes Jaloto</i>	37

“RIO + 20: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS”

*Gobbi, E.F. **

Encontro UEL - 30/03/2012

A apresentação abordou as ações preparatórias da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná para a Conferência Rio+20, e algumas ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito desta Secretaria.

Conferência Rio+20

Para a Conferência Rio+20 a ONU definiu como temáticas principais “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”; e “A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”. Na SEMA estas temáticas referentes às Conferências da ONU, possuem como antecedentes, o Decreto nº 2547 de 04 de fevereiro de 2004 que criou o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, composto por representantes do governo e da sociedade. Em relação especificamente à Conferência Rio+20, foi sancionado o Decreto Estadual nº 3508, de 14 de dezembro de 2011, que cria, no âmbito do Estado do Paraná, sob a coordenação do Fórum Permanente da Agenda 21 do Paraná, o Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Este Comitê visa promover a integração entre os vários segmentos da sociedade civil paranaense e dos órgãos estatais do poder executivo Federal, Estadual e Municipal, refletindo em sua composição todos estes segmentos. Tem como objetivo formular a posição do Estado do Paraná nos principais eixos da Conferência Rio+20, a partir de análise do documento “Zero Draft” da ONU e da contribuição do Brasil a este documento. Tem-se assim como objetivo levar a posição Paranaense, construída em conjunto, para ser apresentada durante a Conferência.

Ações da SEMA

Foram apresentadas de forma um pouco mais detalhadas duas ações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: o Sistema de Gerenciamento de Riscos de Desastres Naturais e Antrópicos (SGRD), e o Programa Bioclima Paraná.

* Coordenador de Recursos Hídricos e Atmosféricos - SEMA e Prof. da UFPR.

Sistema de Gerenciamento de Riscos de Desastres Naturais e Antrópicos (SGRD)

Foram apresentadas algumas evidências de mudanças climáticas no Estado do Paraná, principalmente relacionadas às intercalações de períodos muito secos e muito úmidos a partir da entrada no século XXI. Como forma de enfrentar estes problemas, foi apresentado um projeto que visa implantar no Paraná o Sistema de Gerenciamento de Riscos de Desastres Naturais e Antrópicos (SGRD), com três eixos de ação: (i) Governança, (ii) Prevenção de riscos, (iii) Prontidão para a ação, seguindo as diretrizes da conferência da ONU de 2005, sobre a redução de desastres (*Hyogo Framework for Action 2005-2015*). O SGRD é um esforço integrado do Governo, com participação direta na sua concepção da Defesa Civil, SEMA, Instituto das Águas do Paraná, Mineropar e Simepar.

Programa Bioclima Paraná

O Programa Bioclima Paraná visa articular as ações de proteção à biodiversidade, mudanças climáticas e proteção aos recursos hídricos. Assim, tem como objetivo a conservação e recuperação da biodiversidade contribuindo na mitigação e adaptação às mudanças climáticas para melhor qualidade de vida da população. É composto dos seguintes projetos, integrantes: projeto conservação de áreas naturais, projeto de recuperação de áreas alteradas, projeto de incentivos econômicos, projeto de mudanças climáticas, projeto de monitoramento e fiscalização, projeto de educação ambiental, projeto de capacitação e pesquisa científica, e adicionalmente o fortalecimento e modernização institucional.

“RIO + 20: OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA A CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS”

*Tiago Pellini ***

*João Antonio Cyrino Zequi ****

Encontro UNIFIL – 27/04/2012

O contexto, objetivo e organização da Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a ser realizada no Rio de Janeiro de 13 a 22 de junho de 2012, foi denominada Rio+20 porque marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a qual contribuiu para definir a agenda global do desenvolvimento sustentável.

A proposta brasileira de sediar a Rio+20 foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas¹, em sua 64ª Sessão, em 2009. O objetivo da Conferência é o de renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ou Rio-92), constituiu-se no maior evento realizado no âmbito das Nações Unidas até então, tendo presentes delegados de 172 países e 108 chefes de Estado, além de 10 mil jornalistas e representantes de 1.400 ONGs. Paralelamente, também no Rio de Janeiro, reuniram-se no Fórum Global membros de 7 mil ONGs e participantes da sociedade civil de várias cidades do Brasil e de outras partes do mundo. A Conferência do Rio consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável², proposto pelo Relatório Nosso Futuro Comum, de 1987, que buscava superar o conflito aparente entre desenvolvimento e proteção ambiental.

** Professor do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Centro Universitário Filadélfia.

*** Professor do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário Filadélfia (UniFil).

1 A Organização das Nações Unidas (ONU) foi estabelecida na Carta das Nações Unidas, ou Carta de São Francisco logo após a Segunda Guerra Mundial. A ONU substituiu a Liga das Nações como entidade máxima da discussão do Direito internacional e fórum de relações e entendimentos supranacionais.

2 O termo desenvolvimento sustentável foi apresentado no relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991), de 1987, tendo como diretriz a idéia de um desenvolvimento que ‘atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades’.

No contexto das decisões da Rio 92, estabeleceu-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21. Dois anos depois, foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação. A Rio-92 representou, desse modo, ponto de inflexão na discussão internacional do desenvolvimento sustentável.

Além dos resultados da Rio-92, é sobremaneira importante no contexto da Rio+20 a Cúpula Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, realizada em 2002. Esse evento na África do Sul foi organizado pelas Nações Unidas para marcar os dez anos da Rio-92, analisar os resultados alcançados e indicar o caminho a ser seguido para implementação dos compromissos. A Cúpula reuniu mais de 100 Chefes de Estado e reafirmou metas relativas à erradicação da pobreza, à promoção da saúde, à expansão dos serviços de água e saneamento, à defesa da biodiversidade e à destinação de resíduos tóxicos e não-tóxicos. A agenda de debates incluiu energias renováveis e responsabilidade ambiental das empresas, bem como a necessidade de que todos os atores sociais somem esforços na promoção do desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 tem a expectativa de se constituir no mais importante evento internacional de política ambiental dos próximos anos. Será uma Conferência sobre desenvolvimento sustentável, abarcando suas dimensões econômica, social e ambiental. Como já foi dito anteriormente, o objetivo da Conferência é a renovação do compromisso político internacional com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação das ações implementadas e da discussão de desafios novos e emergentes. As Nações Unidas definiram como temas para a Conferência: 1) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e 2) a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

O primeiro tema, *economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza*, busca dar espaço para a comunidade internacional pensar um novo modelo de desenvolvimento no qual a economia verde deve ser uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Considera-se que esse tema se encontra ainda em um estágio inicial de discussão. O segundo tema, *estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável*, insere a discussão sobre a necessidade de fortalecimento do multilateralismo³ como instrumento legítimo para solução dos problemas globais. Busca-se aumentar a coerência na atuação das instituições internacionais relacionadas aos pilares social, ambiental e econômico do desenvolvimento.

³ Termo utilizado nas relações internacionais que se refere a vários países trabalhando em conjunto sobre um determinado tema.

Inicialmente é necessário apresentar como vem sendo preparada e quando se realizará a Rio+20. Os principais momentos foram os seguintes: em maio de 2010, a 1ª. Sessão do Comitê Preparatório; novembro de 2011, prazo final para submissão às Nações Unidas das contribuições dos Estados, das organizações internacionais e da sociedade civil; de setembro a dezembro de 2011, as Reuniões Preparatórias Regionais (por continente); de janeiro a maio de 2012, período de consultas⁴ informais sobre a minuta de Documento Final⁵ (*'Zero Draft'* ou *'Rascunho Zero'*), expresso em Nações Unidas (2012). Um conjunto de documentos preparatórios foi disponibilizado nas páginas da internet acessadas a partir do endereço <http://www.rio20.gov.br/documentos>.

A Rio+20 ocorrerá de 13 a 22 de junho de 2012, estruturada da seguinte maneira: de 13 a 15/06, reuniões do Comitê Preparatório; de 16 a 19/06, eventos com a sociedade civil (chamados Dias Especiais); e nos dias 20 a 22/06, segmento de alto nível (a Conferência propriamente).

Educação e desenvolvimento sustentável na visão da Rio + 20

O objetivo desse artigo é indicar os principais pontos endereçados pelas discussões da Rio+20 que se relacionam ao papel da educação e das instituições de ensino superior na construção de sociedades sustentáveis. Para isso foi realizada uma revisão do documento oficial, Esboço Zero (*'Zero draft'*), buscando os tópicos de educação dentro dos temas em pauta na Conferência.

No que se refere ao tema estrutura *institucional para o desenvolvimento sustentável*, capítulo IV do *Esboço Zero*, há referência principalmente à necessidade de adequação das estruturas multilaterais de governança às realidades e desafios contemporâneos, portanto algo do próprio âmbito das Nações Unidas. Segundo o MMA (2012)⁶, no texto do ministério em apoio à consulta pública, desde que o sistema das Nações Unidas foi criado no pós-Segunda Guerra Mundial, o arcabouço institucional para o tratamento das questões ligadas à sustentabilidade sofreu modificações em apenas dois momentos: quando da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como consequência da Conferência de Estocolmo de 1972; e quando do estabelecimento da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS, responsável pelo monitoramento da implementação da Agenda 21), como resultado da Rio-92.

4 Por exemplo, a consulta pública do Comitê Paranaense para a Rio+20 encerrou em 10/05.

5 Compilação feita pelo Secretariado da conferência das contribuições nacionais de todos os Estados-membros, como proposta inicial para o texto a ser adotado na Rio+20 e intitulada *'O Futuro que Queremos'*.

6 Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20 (MMA, 2012).

Ainda no mesmo documento, MMA – texto de apoio à Rio+20, indica-se que a *economia verde*⁷ deva ser uma ferramenta para o objetivo maior do desenvolvimento sustentável, um conjunto de opções de políticas sustentáveis, englobando atividades e programas que respondam às diferentes necessidades e realidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Especificamente, o tema Educação é tratado nos itens de 99 a 101 do esboço Zero, conforme é transcrito na Box a seguir a seguir.

Pontos de referência à educação no *Esboço Zero*

99. Nós convocamos as universidades a se tornarem **modelos das melhores práticas e transformação** ao dar um exemplo de sustentabilidade de suas instalações em seus campi e ensinando desenvolvimento sustentável como um módulo em todos os cursos. Desse modo, práticas sustentáveis se tornarão uma parte integrante do aprendizado e da ação.

100. Nós encorajamos atividades de **intercâmbio internacional de educação para o desenvolvimento sustentável**, incluindo a criação de bolsas de estudo e de pesquisa para estudos internacionais em disciplinas campos e interdisciplinares pertinentes à promoção do desenvolvimento sustentável.

101. Nós concordamos em promover a educação para o desenvolvimento sustentável para além da Década de Educação da ONU para o Desenvolvimento Sustentável em 2014, para educar uma nova geração de estudantes nos **valores, disciplinas-chave e abordagens holísticas e multidisciplinares** essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Esboço Zero (NAÇÕES UNIDAS, 2012)

⁷ A economia verde oferece uma alternativa à Economia dominante (mainstream), propondo uma visão na qual a sociedade e o ecossistema são subconjuntos de uma ampla e entendida Economia Global. Partindo do reconhecimento de que há limites ao planeta e do entendimento de que é preciso usar os recursos naturais com sabedoria, a economia verde enxerga a Economia como abrigada no interior na sociedade, sendo ela mesma parte de um ecossistema maior. Traduzido pelo autor de <http://www.greeneconomics.net/what2f.htm>, acessado em 23/04/2012).

Com base nos pontos referidos no Box, verifica-se uma preocupação que emerge do documento-base para que as instituições de ensino se tornem em ativas protagonistas dos princípios do desenvolvimento sustentável. Isso chega a ser sugerido explicitamente no item 99, que sugere a estruturação de um módulo (ou disciplina, podemos interpretar) em todos os cursos acadêmicos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/96) já inclui a questão ambiental. Neste contexto, pode-se afirmar que o governo federal, através do Conselho Nacional de Educação tem reformulado constantemente seus instrumentos de avaliação de cursos através da Diretoria de Avaliação de Educação do Ensino Superior (DAES/INEP) com vistas a tratar da questão da sustentabilidade. Através da Portaria nº 1.741, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011, publicada no DOU Oficial da União Nº 238, de 13 de dezembro de 2011 há uma normativa de um novo instrumento de avaliação em que todos os cursos de graduação devem ofertar integração da Educação Ambiental junto às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, regulamentado pelas (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002). A lei também vale para todas as modalidades de ensino no Brasil.

Este é um grande avanço, visto que na formação de futuros profissionais haverá um compromisso das instituições de ensino superior em oferecer Educação Ambiental dentro das Diretrizes Curriculares de cada curso, contribuindo para a formação crítica em relação a um modo de vida sustentável, contribuindo diretamente com o item 99 do esboço Zero (Box).

O aumento do intercâmbio acadêmico é fator que pode favorecer, sobretudo quando oferece experiência interdisciplinar, a promoção dos preceitos da sustentabilidade nos atuais e futuros profissionais.

É notório que o governo federal tem trabalhado oferecendo bolsas de estudos a estudantes de graduação e pós-graduação para aperfeiçoamento profissional com consequente vivência de cultura em países desenvolvidos. O programa Ciência sem Fronteiras, criado pelo Decreto nº 7642 de 13 de dezembro de 2011, tem por objetivos o ponto de referência 100 relativo à educação no Esboço Zero (vide Box acima). Mesmo que tenha uma concepção voltada a tecnologias e inovações em áreas prioritárias ao Brasil, o fator sustentabilidade não pode ficar fora destas inovações, pois é atualmente uma prioridade mundial, visto que valores e abordagens de promoção ao desenvolvimento sustentável deverão ganhar ainda maior destaque dentro dos esforços nas políticas das Nações Unidas voltadas à educação.

O ponto de referência 101 à educação no Esboço Zero (Box) é tido na literatura como uma condição já prescrita e que merece atenção para mensuração dos avanços até os dias atuais, e envolve a aplicação de metodologia adequada para o pleno funcionamento;

surge como um desafio ao país. Segundo Lima (2003) em uma análise crítica sobre sustentabilidade e suas implicações para a educação, o autor revela que a partir da década de 90 o país vem desenvolvendo iniciativas para superar tanto a herança naturalista das ciências naturais quanto às visões reducionistas e conservadoras; porém muitos fatores ainda devem ser resolvidos.

A primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental (1997), em seu tema 2 „Educação Ambiental Formal: Papéis e Desafios” enfatiza várias dificuldades para um efetiva implementação ao que se refere a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Entre as dificuldades encontra-se a fragmentação das disciplinas em todos os níveis de ensino no Brasil que dificultam a implementação de modelos de educação ambiental integrado e interdisciplinar, a desvalorização do magistério que acarreta a má qualidade no processo de ensino e aprendizagem; falta de pesquisas para novas metodologias em relação ao ensino da Educação Ambiental respeitando valores culturais étnicos e histórico das diversas regiões do país; deficiência e falta de capacitação de professores na área com carência de estímulos, falta de material didático adequado a realidade em que são utilizados, muitas vezes com caráter apenas informativo sobre aspectos ecológicos, entre outros fatores (MMA/MEC, 1997).

Sanar as dificuldades acima ainda é uma distante realidade. O Pronea (2005), documento oficial do governo federal para a Educação Ambiental tem como missão: “A educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil”, mostrando que o Brasil tem leis, decretos e programas que buscam a sustentabilidade na formação do cidadão e também nos diversos setores produtivos, mas que ainda merece atenção especial para uma plena implementação nas diversas esferas educacionais, e talvez o esboço 101 dos pontos de referência à educação no Esboço Zero (Vide Box acima) continuará sendo o grande desafio para o Brasil.

Considerações finais: algumas sugestões para o entrelaçamento da Rio+20 e a academia

Para Hawerth *et al* (2011) “a rapidez das transformações e a velocidade com que as inovações científicas e tecnológicas são absorvidas pela nova geração de alunos, requerem uma constante e vigilante adequação do conhecimento desenvolvido na organização de educação superior às reais expectativas e necessidades de seus estudantes, professores e mantenedores”.

As grandes linhas condutoras dos cursos acadêmicos e as estratégias operacionais para serem atingidas as metas de formação dos alunos são definidas pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e Planos Desenvolvimento Institucionais (PDI), respectivamente para cada curso individualmente e para a instituição de ensino superior (IES) em seu conjunto.

Ainda segundo Hawerth *et al* (2011) “o sucesso de uma instituição de ensino superior está intimamente relacionado com as competências e habilidades do seu corpo docente, principalmente com uma adequada gestão alinhada com as estratégias acadêmicas delineadas para alcance dos objetivos previstos nos projetos dos cursos da instituição”. Apropriados PPC e PPI requerem das IES suficiente permeabilidade e visão prospectiva em relação ao novo modelo de desenvolvimento, o que por sua vez é um processo que precisa do envolvimento da comunidade interna e externa e de apoio da administração para ser realizado.

O principal desafio atual das IES, seja visto de forma individual ou coletiva, parece ser de que precisam atuar de forma mais integrada com o ambiente, atendendo de forma apropriada a sociedade, que tem grande expectativa na academia para solucionar problemas presentes e para liderá-la por um caminho mais equilibrado e seguro de desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida, formando profissionais críticos e atuantes para um desenvolvimento sustentável.

“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS”

Feijó, C.C.C.

Encontro UNOPAR – 25/05/2012

O crescimento populacional vem crescendo a uma taxa exponencial de 1,2% ao ano e apesar de não parecer um patamar muito acelerado na medida em que acrescentou 78 milhões de pessoas à população mundial em 2005, provocando um acréscimo de 214 mil pessoas/dia. (MILLER Jr., 2007).

Adensamento populacional é um assunto que preocupa muitos estudiosos, tendo em vista que quanto maior o número de pessoas demandará mais alimentos, vestimentas, remédios, bens duráveis e não duráveis. Assim, haverá mais extração de matéria prima para abastecer as indústrias que produzirão os bens para atender as necessidades de consumo da sociedade. Evidentemente que o aumento de produção provocará maior geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, necessitando cada vez mais de áreas e para dispor materiais.

A questão ambiental é complexa, pois os sistemas ambientais são evolutivos, irreversíveis e em constante desequilíbrio. Com isso, não é possível que uma única área do conhecimento consiga abranger e explicar os fenômenos e processos naturais e culturais desta área. (PHILIPI JR, SILVEIRA, 2004). Para a melhor compreensão da ciência ambiental, é necessária a participação e discussão de forma multidisciplinar, tendo em vista que esta permeia as diversas áreas do conhecimento.

De acordo com a Lei 9795/99 é necessário um enfoque humanista, holístico, democrático e participativo e o meio ambiente deve ser visto em sua totalidade, abrangendo os aspectos naturais, sócio-econômico e culturais, com vistas à sustentabilidade. Faz-se necessário ainda a importância do pluralismo de ideias, na perspectiva inter, multi e transdisciplinar.

A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. (JACOBI, 2003, p. 196)

Uma das maiores preocupações mundiais é o esgotamento dos recursos naturais, tendo o ser humano como principal responsável pela sua degradação. O maior desafio

é fazer uma educação ambiental que seja atuante e dê continuidade nos programas e projetos formais e não formais. Educação ambiental é um ato político que visa à transformação da sociedade, por isso deve ser vista numa perspectiva holística, porém relacionando o homem com a natureza e o universo. (JACOBI, 2003)

Exercer a cidadania, indo além dos aspectos meramente legais do conjunto de direitos e de deveres, é partilhar e dividir com todos os indivíduos o poder de decisão sobre a produção e consumo de bens materiais e culturais de interesse comum a toda a humanidade. O sujeito consciente de sua missão social é o sujeito igualmente consciente de sua missão ecológica, de sua responsabilidade com todos os outros seres humanos. (PEREIRA, BRITO; 2008, p. 17)

Ecocidadão é um ser consciente do seu compromisso para com o Planeta Terra. É aquele indivíduo preocupado com as questões relacionadas à água, o ar, o solo, a fauna e a flora, com os caminhos que a humanidade está tomando em consequência da sociedade de consumo. É aquela pessoa sensível aos problemas que está a sua volta, sejam de ordem social, ambiental, política, cultural, em outras palavras, são pessoas atentas aos problemas de mudanças climáticas, poluição dos cursos de água, desigualdade, fome, miséria, saneamento básico, entre outras temáticas ambientais.

“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS”

Viena, H.G.

Encontro UNOPAR – 25/05/2012

Fui convidado a participar deste evento faz mais ou menos um mês. Durante estes dias, do convite ao dia de hoje, fiquei pensando como abordaria as questões que estão relacionadas ao evento. Pensava em não ser crítico demais, e sim, apresentar um abordagem mais tranquila, mostrando que, por mais que as coisas estejam ruins, ainda há esperança. Mas percebi que não há mais esta esperança, não há mais como colocar “panos quentes” em uma situação que a cada dia só piora. Uma boa parte da população não tem água potável, não tem alimentos, a saúde precária... ruim mesmo... A outra parte, pequena parte, esta no paraíso, possui tudo e mais um pouco e, conforme pude perceber, não esta muito preocupada com o que acontece com o resto do mundo. Vejo os movimentos, os discursos apresentados. Aparece a idéia da sustentabilidade, a preocupação em mudar. Mas eles mesmos, quem mais provoca os problemas, não fazem nada para minimizar estas situações e muito pelo contrário, a cada dia mostram ações que as pioram e muito. Lucro, lucro e lucro, resultados, bolsa, investidores. Não há saída. O emprego esta na China. Anos de lutas trabalhistas, norte americanas e européias, lutas estas que nos tiraram da escravidão, jogadas no lixo por agora o que chamamos de trabalho análogo ao escravo... Empresas e organizações que antes eram tidas como responsáveis, como a Apple, utilizam este tipo de trabalho como vantagem competitiva e se mostraram tão exploradoras do trabalho humano quanto às empresas de carvão do início do século passado. Em meus estudos, tive o prazer de ter aulas com grandes professores e um deles me mostrou a seguinte situação. Todos nós estamos em um ônibus. Este ônibus esta indo em direção a uma parede. Se não fizermos nada, aqui entendido como modificar as relações entre sociedade, economia e recursos... BUM!!! Bateremos na parede e quem sobreviver verá! Se fizermos algo, coisa que acho que ainda dá tempo, reduziremos a velocidade, evitando a batida. Mas como disse anteriormente, quem pode provocar estas mudanças, não muda. Lucro, lucro e mais lucro! E onde isto vai parar? Na parede!

“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS” A SOCIEDADE DE CONSUMIDORES E A QUESTÃO ECOLÓGICA

Rossi, M.A.

Encontro UNOPAR – 25/05/2012

Já é bem conhecida a metáfora dos líquidos criada e desenvolvida pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Na contramão dos tempos sólidos do capitalismo industrial em expansão e das políticas públicas do Estado de Bem-Estar Social (fenômenos que podem ser identificados com maior precisão nos períodos imediatamente seguintes aos duros e trágicos anos da guerra total, pós-1945), os “líquidos” vivem para se dissolver, para tomar formas imprevisíveis, fazer coisas jamais anunciadas, percorrer os caminhos do improvável.

Nesses termos, na moderna e líquida sociedade de consumidores vorazes e insaciáveis, é que a questão ecológica ganha novos contornos, apontando para problemas antigos e insistências renovadas. Se não é de hoje que a tal **sustentabilidade** dá mostras de cansaço, é extremamente atual o fato de ela ocupar um lugar destacado em nossas reflexões sobre o futuro do planeta e da humanidade.

Os “líquidos” são sujeitos que abandonaram o consumo como ocupação e o transformaram em atributo. Mais do que isso: ao transformarem tudo em mercadoria, colocando o mercado no centro da vida social, passaram a ser, a um só tempo, seres que compram e se vendem, que se posicionam no mundo exigindo aparição, ostentação, ilusão das formas. Não é novidade nenhuma afirmar que na sociedade contemporânea o reino da estética venceu a república da ética. *O que é*, nesse sentido, perdeu de goleada para *o que parece ser*.

Num mundo hipercompetitivo e realocado permanentemente ao sabor dos grandes negócios e das suntuosas transações econômicas, o meio ambiente aparece também como mercadoria, como algo a ser exposto nos supermercados da vida. *É sintomático que a nova realidade dos hoje preocupados com a degradação ambiental seja intuitivamente denominada “economia verde”*.

Coincidem com os novos tempos da economia ecológica a transnacionalização do capital e os investimentos agressivos do agronegócio nos países do Sul. Há poucos anos, um economista estadunidense, Lawrence Summers, afirmou ser absolutamente natural que, do ponto de vista de uma economia global racional, fossem enviadas para o terceiro

mundo as produções mais tóxicas e poluentes e também as regulações de trabalho mais radicais; afinal de contas, escreveu ele, num informe interno do Banco Mundial, a vida humana naquelas paradas vele bem menos...

As cotas e a monetização para emissão do CO₂, o “rascunho zero” da Rio+20 (que cunhou a expressão “economia verde” sem defini-la com precisão), as multas contra atividades predatórias ao meio ambiente, tudo isso não toca no âmago da questão: é preciso que transformemos por completo o modo de produzir e consumir que tem dado à nossa civilização (chamemo-la, imprecisamente, assim) um tom de catástrofe no tocante à sobrevivência da vida humana. Vale ressaltar que o planeta não está em risco: ele sobreviverá, como bola de fogo ou de gelo; quem não sobreviverá seremos nós.

Líquidos e inconstantes, reiteramos uma sociedade eminentemente *quantitativa*, que valoriza índices e estatísticas; endossa volumes e se regozija de tabelas, gráficos, tendências crescentes. A transição para uma realidade realmente *qualitativa* deve subordinar a economia ao meio ambiente e condenar ao esquecimento dois protagonistas deste nosso tempo: o *produtivismo mercantil* e o *tipo humano burguês*.

O primeiro dos personagens incita à produção ilimitada, trabalha de modo objetivo a lógica “*produzir, ganhar, comprar, descartar*”, uma cadeia, frise-se, cíclica. O segundo personagem, muito mais do que o membro de uma classe social, é uma *mentalidade*, um tipo de pensar/agir que resume a vida às coisas, às posses, à competição de tudo contra todos e de todos contra tudo, vislumbrando uma “*carreira de sucesso*” e a certeza de que cada um deve cuidar exclusivamente de seus próprios problemas, “*vencendo na vida*”. Ao destacar o individualismo *solipsista*, o tipo humano burguês abre mão de suas responsabilidades cidadãs, de seu inexorável vínculo com todas as vidas e o destino do mundo. Numa palavra: transforma-se numa ilha de solidão e num monstro de potencialidades criminosas e cruéis.

Uma alternativa social efetiva à “economia verde”, a qual não rompe com o modelo destrutivo de produção e consumo incessante de mercadorias e serviços, pessoas e ideias, factoides e farsas, passa necessariamente por uma reorientação dos usos e das concepções da tecnologia, pela busca por fontes renováveis e limpas de energia, pela democratização dos meios de comunicação e os acessos a eles, pelo combate à ostentação, ao desperdício, ao acumulativismo e à alienação.

Nessa imprescindível transição, algumas perguntas devem acompanhar nossos passos: como e para quem “distribuir”? Como articular a questão ambiental à redução da jornada de trabalho (sem prejuízos salariais, é óbvio), ao uso inteligente dos transportes coletivos, à universalização da saúde pública e ao deslindamento das nocivas consequências de um mundo em que o mercado de trocas é o centro da vida?

O sociólogo brasileiro Michael Löwy, inspirado pela leitura do “Princípio Esperança”, de Ernst Bloch, proclama um conjunto renovado de *seis éticas* para uma nova civilização, desmercantilizada, estruturada nas relações humanas e pautada nos interesses de todos os povos. Juntam-se numa unidade dialética a **ética social** (novas estruturas e novas formas de produzir e consumir), a **igualitária** (padrões de existência que equilibrem interesses humanos e necessidade de desenvolvimento com responsabilidade e integridade ecológica), a **democrática** (ampliação dos canais de comunicação e valorização de todas as vozes), a **radical** (proposição de uma educação para a vida que negue as aparências e vá às profundidades dos fenômenos), a **responsável** (articulação entre o presente e o futuro) e a **esperança** (a utopia que precisa renascer no guiar dos passos humanos).

Diante de relações sociais cada vez mais velozes e fugazes, incrementadas pelo imediatismo e pelos doces sabores instantaneístas dos objetos de consumo, não é nem será fácil propor condutas éticas que perscrutem longos prazos, esperas angustiantes, lutas contínuas. Ao mesmo tempo, quando a questão ambiental passa ao largo dos interesses do grande capital e dos governos do mundo central, a ecologia não apenas deixa de ser prioridade, como muitas vezes - no limite - passa a ser uma rentável moeda de troca. É contra a desmotivação cidadã e a inculpabilidade das grandes estruturas de mercado e da política globalizada e hegemonicamente conservadora que devem se voltar todos os que ainda creem no futuro, são defensores da maré alta, isto é, da esperança.

“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS”

Panchoni, M.E.

Encontro UNOPAR – 25/05/2012

Como sabemos, os padrões atuais de produção e consumo são insustentáveis. O rápido processo de globalização e liberalização do comércio, favorecidos pelos avanços na tecnologia das comunicações mudaram o aspecto do setor privado em todos os países - desenvolvidos ou em desenvolvimento - criando novas oportunidades e objetivos. As grandes e pequenas empresas têm feito esforços notáveis para abordar questões de sustentabilidade.

O Design para a Sustentabilidade tem o potencial de melhorar a eficiência, a qualidade dos produtos e oportunidades de mercado (local e exportação) e ao mesmo tempo, melhorar o desempenho ambiental. Em muitos países desenvolvidos, graças ao elevado nível de consciência, os esforços do design para a sustentabilidade estão ligados aos conceitos mais amplos da relação entre os sistemas de produtos e serviços e outros esforços de inovação baseada no ciclo de vida. Dada a limitada consciência entre as economias em desenvolvimento, é o apoio técnico necessário, logo que possível introduzir o conceito de sustentabilidade na produção industrial. No entanto, o sucesso da implementação dessa metodologia de projeto exige trabalho em equipe.

A crescente atenção dada à sustentabilidade é uma consequência natural do trabalho sobre produção mais limpa, sistemas industriais ecologicamente eficientes e gestão do ciclo de vida. É o próximo passo na expansão gradual no horizonte para a prevenção da poluição, uma expansão que passou de um foco limitado sobre os processos de produção (produção mais limpa), para incluir os produtos (eco-design) do sistema problemas de produto (D4S incorporando a logística do transporte, coleta seletiva e reutilização de componentes ou materiais de reciclagem) e sistema de inovação.

O PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1997) publicou o manual “Eco-Design: Uma Abordagem para a Produção e Consumo Sustentável”, desde então, o conceito de redesenho do produto se espalhou como evidenciado pelo número de manuais e material de apoio específico ao setor que atualmente é produzida em vários idiomas. Como resultado, e com base na experiência, a concepção ecológica tem evoluído através do Design for Environment (DfE por sua sigla em Inglês), o conceito mais amplo de Design Sustentável, que inclui questões como o componente social e de sustentabilidade a necessidade de desenvolver novas formas de satisfazer as necessidades dos consumidores de forma menos intensa no que diz respeito aos recursos.

Design Sustentável vai além da produção de um produto verde, agora se esforça para satisfazer as necessidades dos consumidores de maneira mais sustentável e com um nível de forma mais sistemática.

Em geral, existe uma falta geral de consciência sobre como melhorar a eficiência e o desempenho ambiental ao mesmo tempo.

As economias em desenvolvimento têm necessidades diferentes e mais imediatas em relação à produção voltada à sustentabilidade. A consciência sobre as implicações para a utilização dos recursos ou a eficiência ambiental é relativamente baixa. Preocupações para com o alívio da pobreza e da degradação ambiental rápida, vem a sublinhar o potencial das economias em desenvolvimento a integrar o planejamento para o desenvolvimento sustentável. O Design sustentável é uma ferramenta que nos permite superar os padrões de desenvolvimento que exigem muitos recursos e causam problemas diversos ao meio ambiente. Devemos trabalhar na proteção do ambiente e a redução da pobreza no mundo, particularmente nos países em desenvolvimento.

A mudança nas estruturas atuais insustentáveis de consumo e produção podem se beneficiar muito com o enfoque do design para a sustentabilidade. Como resultado do esforço mútuo de todos nós, estamos contribuindo para inverter as atuais tendências negativas.

“RIO + 20: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS”

CONSUMO SUSTENTÁVEL

Neder, V.

Encontro UNOPAR – 25/05/2012

O surgimento da ideia de consumo consciente se deu a partir dos anos setenta com as primeiras discussões sobre o meio ambiente, porém naquela época havia uma aceitação de que os prejuízos ambientais eram consequência do desenvolvimento econômico.

A década de noventa foi a década marcada por maior movimento em prol do meio ambiente, e após a realização da Rio-92 e da publicação da agenda 21 e do relatório Nosso Futuro Comum, a preocupação com os impactos ambientais passou além das perspectivas governamentais e empresariais e passam também a ser percebidos nos estilos de vida e no consumo das sociedades atuais.

O conceito de consumo sustentável passou a ser construído a partir do termo desenvolvimento sustentável, divulgado com a agenda 21, documento produzido durante a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. A agenda 21 relata quais as principais ações que devem ser tomadas pelos governos para aliar a necessidade de crescimento dos países com a manutenção do equilíbrio do meio ambiente.

As ações individuais conscientes, bem informadas e preocupadas com questões ambientais são para vários autores como Peattie (1995), Paavola (2001), Dias (2007) e Ottman (1994), a nova estratégia para a solução dos problemas ligados ao meio ambiente e para as mudanças em direção a uma sociedade sustentável. Escolhas simples em compras cotidianas são vistas como comportamentos que podem afetar a qualidade do meio ambiente. Portanto toda forma de consumo deve ser pensada de forma ética.

O consumo passa por fases que vão da escolha do produto, seu uso até o descarte. O modo de utilização dos produtos segundo Dias (2007), está ligado ao comportamento do consumidor, que envolve hábitos, uma vez que o ato de consumir não é apenas a compra em si, os costumes e influências que incidem são muitos nas três fases do consumo: antes, durante e depois, ou também chamado de fase de pré-uso, uso e pós-uso. Para Peattie (1995), muitas contribuições significativas de proteção ao meio ambiente podem ser feitas na fase de uso, manutenção e utilização e descarte, ou adiando e até mesmo evitando a compra totalmente.

Por este motivo, o consumo sustentável implica numa mudança comportamental na sociedade, com a adoção de condutas ambientalmente éticas. Uma vez que o consumo sustentável implica em uma mudança de comportamento social, através de condutas ambientalmente éticas o marketing responsável pode obter os resultados necessários, interferindo beneficentemente em todas as fases de vida do produto, incluindo a que antecede à sua existência e aquela que envolve o pós-consumo (DIAS, 2007).

Sob o ponto de vista do consumidor ecológico, Dias (2007, p. 35) explica que na fase de pré-uso o consumidor consciente compra produtos reciclados, recicláveis e sem agrotóxico; durante o uso, busca reduzir o consumo, otimizar a energia e ampliar a vida útil; e no pós-uso, as considerações devem ser sobre a reciclagem, reutilização e eliminação segura dos resíduos.

Um dos problemas associados às questões ambientais segundo Paavola (2001), é o atual nível e padrão de consumo das pessoas que vivem principalmente em países industrializados. Assim, se os atuais padrões de consumo praticados pelos países desenvolvidos forem mantidos e adotados por outros países, a capacidade de o planeta sustentar tudo isso por meio de recursos naturais estará seriamente comprometida e em poucos anos muitos dos recursos naturais hoje disponíveis irão desaparecer.

Sendo assim, a partir de uma percepção maior do consumidor traduzido em atitude crítica no momento principalmente da compra, em muito contribuirá para acelerar investimentos em tecnologias limpas, produtos e posicionamentos ecologicamente corretos e responsáveis, permitindo assim, os ajustes necessários para a conquista e manutenção de melhores índices de qualidade de vida, baseado na sustentabilidade dos sistemas natural e econômico.

“RIO+20. TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS” A POLÍTICA E O MEIO AMBIENTE

Lepre, M.S.

Encontro PITÁGORAS – 22/06/2012

Soluções locais são de fundamental importância para a garantia de um meio ambiente equilibrado. O planejamento urbano adequado e a participação da comunidade são fatores determinantes para a melhora da qualidade de vida nas cidades. Portanto a formulação de um plano diretor ambientalmente equilibrado e discutido com a sociedade melhora a qualidade de vida nas cidades e projeta um futuro mais adequado para os habitantes dos polos urbanos.

“RIO+20. TRATADO DE EDICAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS”

Franzotti, Agnes Jaloto

Encontro PITÁGORAS – 22/06/2012

O tema sustentabilidade e consciência ambiental, é de profunda importância no contexto atual, uma vez que a preocupação com a equidade da relação do trinômio da sustentabilidade se faz mais que necessária. Este momento, vinculado à Rio+20, enseja uma tomada de consciência voltada a ação no qual a vertente do antropocentrismo deve ser substituído pelo biocentrismo, já que os seres humanos não são os únicos habitantes deste planeta. Meio ambiente equilibrado e sustentável é aquele que leva em consideração tanto os fatores naturais como os socialmente construídos.

Assim, a ideia é mudar os padrões de pensamento, de sentimento, postura, comportamento, e consumo para reverter os círculos viciosos de destruição. Nesse sentido concepções de “Bem Viver”, vinculados aos povos andinos são uma boa perspectiva de ação, pois abarca o princípio da vida em harmonia consigo mesmo, com outras pessoas do mesmo grupo, entre grupos diferentes com a Mãe-Terra com seus filhos e filhas de outras espécies, e com as realidades espirituais.

